

PROVIMENTO 00001/2026

Disponibilização: 15/01/2026 às 17h30m

**PROVIMENTO Nº 01/2026/CGJCE**

Dispõe sobre alteração e revogação de dispositivos do Provimento nº 14/2023/CGJCE, que instituiu o Programa Permanente de Acompanhamento das Unidades Judiciárias no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará.

A **DESEMBARGADORA MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA**, Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

**CONSIDERANDO** que atualizações *normativas* fazem parte do processo regulatório e tendem a aprimorar a legislação já existente, de modo a garantir maior efetividade no seu cumprimento;

**CONSIDERANDO** as disposições do Provimento nº 193, de 15 de maio de 2025, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a fixação do prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos como parâmetro para aferição de eventual morosidade do juízo, a ser observado em âmbito disciplinar e na atividade fiscalizatória das Corregedorias;

**CONSIDERANDO** os termos do Provimento nº 14/2023/CGJCE (DJe de 11/07/2023), que instituiu o Programa Permanente de Acompanhamento das Unidades Judiciárias no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará e, alterações introduzidas pelo Provimento nº 07/2024/CGJCE (DJeA de 04 de junho de 2024);

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conferir nova redação ao inciso I do art. 3º e ao inciso I do parágrafo único do art. 11 do Provimento nº 14/2023/CGJCE, que passarão a vigorar nos termos abaixo:

(...)

**Art. 3º (...)**

*I - Em relação aos processos pendentes de baixa:*

*a) a quantidade de processos pendentes de baixa, paralisados há mais de 120 (cento e vinte) dias, seja superior a 15% do total de processos pendentes de baixa no mês de referência e,*

*b) a média mensal de processos pendentes de baixa, paralisados há mais de 120 (cento e vinte) dias dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, seja superior a 15% do total de processos pendentes de baixa no mês de referência.*

(...)

**Art. 11 (...)**

*Parágrafo único. (...)*

*I - Redução dos processos com excesso de prazo até 15% do total de processos pendentes de baixa;*

(...)

**Art. 2º** Revogar o § 2º do art. 5º do Provimento nº 14/2023/CGJCE.

**Art. 3º** Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

Gabinete da Corregedora-Geral da Justiça, Fortaleza-CE, 15 de janeiro de 2026.

**Marlúcia de Araújo Bezerra**

**Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Ceará.**